



# Conferência Internacional

## *Educação, Globalização e Cidadania*

### *Novas Perspectivas da Sociologia da Educação*

#### SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO: PARCERIA INTERSETORIAL E CICLOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

BUENOS AYRES<sup>1</sup>, Carlos Antonio Mendes de Carvalho – UFPI – menayres@ig.com.br

#### Introdução

A atual conjuntura da política governamental brasileira, face aos ingentes problemas sociais crônicos, tem compelido as autoridades governamentais a recorrer aos préstimos do pensamento técnico-científico desenvolvida pela Academia<sup>2</sup>. É indubitável que essa tendência dos poderes governamentais em buscar parcerias com as Instituições de Ensino Superior - públicas e privadas -, sob o signo da descentralização administrativa, constitui uma providência estratégica, que antes de ser uma necessidade originalmente constatada pelos órgãos estatais, considerando a complexidade dos problemas enfrentados pelo país, na realidade, trata-se de uma tendência administrativa determinada pela onda de modernização que grassa os Estados nacionais desde meados de 1960. Mas que em nossas plagas nacionais cristalizou-se com bastante ênfase a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, mediante a constituição do documento-mãe Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995).

---

<sup>1</sup>Graduado em Ciências Sociais, Mestrado (UFPE) e Doutorado (UnB) em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais, dos programas de Mestrado em Ciência Política e em Políticas Públicas e do Curso de Especialização *lato sensu* em Segurança Pública – e seu coordenador -, da Universidade Federal do Piauí; representante desta junto à **Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP**, programa de ação governamental do Ministério de Estado da Justiça do Brasil.

<sup>2</sup> O vocábulo Academia ou Universidade serve para representar o corpo das IESs credenciadas junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, o que inclui as faculdades e centros universitários.

O programa governamental intitulado “**Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública**” – **RENAESP** –, da **Secretaria Nacional de Segurança Pública** – **SENASP**, no âmbito do Ministério da Justiça do Brasil, constitui um subproduto organizacional paradigmático dessa onda de modernização administrativa que varre os Estados Unidos e a Europa desde a segunda meados do século XX. Atualmente designada – entre outras – como **Nova Administração Pública** -, essa onda de modernização administrativa opera em um meio altamente politizado cuja performance na deliberação das estratégias de ação governamental, expresso em políticas públicas setoriais e intersetoriais, propende a determinar sua orientação ideológica, sua estrutura de poder, a qualidade da direção organizacional, a flexibilidade ou rigidez das estruturas de decisão, o conteúdo voluntarista ou incrementalista das decisões, o ritmo modernizante do aparato estatal, a efetividade, eficácia e eficiência das ações programáticas etc.

A importância da **RENAESP** decorre de seu mérito em facultar à Universidade a função de protagonista no processo de implementação de uma específica política governamental intersetorial. Essa específica política governamental intersetorial se inscreve na **confluência da política de segurança pública com a política social**, sendo, portanto, orientada para o **desenvolvimento da formação profissional dos agentes públicos encarregados da manutenção da ordem interna do Brasil, sob a égide dos direitos humanos e da civilidade ética e cidadã**.

O trabalho em tela vincula o surgimento da **RENAESP** ao paradigma de gestão gerencial, na medida em que este se norteia predominantemente pela efetividade e eficiência do programa quanto ao alcance de objetivos previamente estabelecidos. Por essa razão, procura focalizar no referido programa as informações relativas às suas origens, a descrição de seu papel, de sua estrutura e de sua dinâmica funcional, assim como a prospecção de seus limites e possibilidades.

### **Política de Segurança Pública e Política Social**

A segurança pública, não obstante ser um bem público impuro orientado para a manutenção da ordem pública interna, uma vez que tal serviço também é ofertado por empresas privadas, constitui, ao mesmo tempo, um direito do cidadão e um dever do Estado

– um irrenunciável dever ao qual este último precisa replicar com base nos princípios da eficiência e da infrutabilidade dos fins por ele perseguidos. Outrora tratado exclusivamente como instância repressiva, baseado no uso legal da força, o termo segurança pública no Brasil tende a flertar cada vez mais com a dimensão social, no sentido de que os casos de polícia também se constituem em casos sociais. Ou seja, o paradigma de percepção dos problemas de segurança interna da sociedade - antes radicado na seara das ações coercitivas de manutenção da ordem pública, uma prerrogativa exclusiva do Estado - atualmente é compelido a justapor uma nova concepção de segurança em relação aos beneficiários do serviço público, ao conjugar, operacionalmente, questões clássicas de segurança pública com questões tradicionalmente descritas como sociais. Em suma, trata-se de combinar políticas de segurança pública com políticas de natureza social.

A política social se ocupa, primordialmente, dos mecanismos distributivistas a partir dos quais parte da riqueza produzida pela sociedade é alocada aos cidadãos economicamente fragilizados. Com relação à política econômica, cujo foco de análise volta-se para a produção de riqueza, a política social se diferencia em virtude de dedicar-se à manutenção e/ou revigoração do poder estatal. Assim sendo, a especificidade da política social não apenas se situa na **fronteira entre a dimensão econômica e a dimensão propriamente política**, como, também, reside em sua **finalidade**, por sua vez lastreada na idéia de justiça social e, conseqüentemente, na noção de cidadania.

Em linhas gerais, podemos distinguir os quatro principais domínios da política social moderna, a saber, a **educação**, o emprego, a política de distribuição de renda e a seguridade social (Laubier, 1984). E quando combinamos **segurança pública** com **educação** obtemos a fórmula emblemática que conduz à configuração de uma política pública específica na área da segurança pública: a criação da **Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP**, um subprograma acomodado no cerne do **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI** que objetiva incutir na mentalidade média dos agentes de segurança pública não apenas o **pensamento técnico-científico**, mas, sobretudo, os **fundamentos dos direitos humanos e da civilidade ética e cidadã**. Além do mais, a concessão de bolsa-formação - que pode variar de R\$180,00 a R\$400,00 - aos policiais egressos dos cursos de formação da SENASP que obtenham remuneração de valor igual e/ou inferior a R\$ 1.400,00, por si só já assinala uma

incursão ao campo da política social, uma vez que tal política diz respeito à melhoria das condições de atuação da polícia, assim como a um mecanismo específico de distribuição de renda.

### **Origens e Objetivos da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP**

A SENASP vem desenvolvendo, desde o ano de 2004, parcerias com Instituições de Ensino Superior visando ao desenvolvimento de cursos de especialização *lato sensu* em segurança pública e de pesquisas aplicadas à segurança pública e à justiça criminal<sup>3</sup>. Com tal estratégia, visa provocar “(...) uma reforma, quase silenciosa, nos processos de educação em segurança pública e nos processos de fazer e pensar Segurança Pública” (BRASIL, 2007b, p.18). Na esteira desse processo foi implementado o primeiro curso de especialização em segurança pública, realizado em parceria com a Universidade Federal da Bahia - UFBA.

O advento da **RENAESP** ocorreu em 2006, com a adscrição de 22 (vinte e dois) cursos de especialização ministrados por 22 (vinte e duas) Instituições de Ensino Superior – IESs, realizados nas modalidades presencial (vinte e um cursos) e à distância (um curso) e originando uma rede nacional de cursos de especialização *lato sensu* cujo objetivo estratégico é assegurar uma educação continuada, integrada, qualificada e gratuita aos profissionais de segurança pública. Espera-se com isso que a ativação da **REDE**<sup>4</sup> na persecução de seus objetivos programáticos garanta a “(...) democratização dos processos de educação em Segurança Pública” (BRASIL, 2007b, p.18).

Inicialmente elaborou-se o documento chamado **Matriz Curricular Nacional**, um arcabouço-roteiro didático-pedagógico que serve de guia para a formatação de programas de disseminação de saberes e competências associados ao campo da segurança pública e áreas conexas. Engendrado a partir do exame de diversos currículos estaduais e

---

<sup>3</sup> Pelo menos 03 (três) elementos da tecnoestrutura estatal tem se destacada em todo esse processo de institucionalização da **RENAESP**: o titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Antonio Carlos Biscaia, coordenador executivo da comissão que elaborou o Projeto Segurança Pública para o Brasil; o diretor do Departamento de Pesquisa, de Informação e de Departamento de Pessoal, Ricardo Brisolla Balestreri; e a coordenadora geral de ensino da SENASP, Juliana Márcia Barroso.

<sup>4</sup> A título de esclarecimento, o vocábulo **REDE** e o acrônimo **RENAESP** são empregados no texto como sinônimos.

municipais dedicados ao tema da segurança pública, visando repensar as demandas e os problemas associados à formação dos profissionais de segurança pública, a **MCN** contou com a colaboração de diversos profissionais policiais e consultores da área em apreço. Em linhas gerais, a **MCN** tem como escopo “(...) criar condições para que nos diversos contextos formativos sejam discutidos e implementados mecanismos que garantam a todos os profissionais discutir formas de garantia para o acesso às oportunidades de uma permanente formação que privilegie a relação entre teoria e prática e a articulação entre os diferentes saberes” (BRASIL, 2003, p. 8).

A princípio, a **RENAESP** constituía um programa avulso no contexto geral do **Projeto Segurança Pública Para o Brasil** (BRASIL, 2002). Posteriormente, com a instituição do PRONASCI, a **REDE** transfigura-se em subprograma, subsumindo-se no âmbito deste último. Outrora o acrônimo **RENAESP** designava a Rede Nacional de Cursos de Especialização em Segurança Pública. Porém, a partir da criação do PRONASCI passa a aludir à Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública.

Paradoxalmente, essa mudança de conteúdo designativo e de categoria taxionômica – de programa a subprograma – não implicou em perda de *status quo* e correspondente valor estratégico. Afinal, não se trata de uma mera modificação nominal sem maiores conseqüências para a própria efetividade do subprograma efetuado e representado pelo conjunto colegiado de instituições públicas e privadas que se desincumbe da implementação de projetos didático-pedagógicos com ênfase no pensamento técnico-científico, nos direitos humanos e na civilidade ética e cidadã. Pois, embora a **REDE** tenha sofrido uma reclassificação hierárquica no quadro geral do Projeto de Segurança Pública para o Brasil, ela, a contrapelo, tende a se expandir, na medida em que é compelida a transitar pela via da instauração do paradigma sociocêntrico de relação entre o Estado e a Sociedade, ou seja, na direção de uma mudança nos padrões de interação sociopolítica que assinalem uma redefinição operacional, empírica, do papel da Sociedade em relação ao Estado, em geral, e ao mercado, em particular.

Paulatinamente, a **REDE** vai ostentando uma maior amplitude, um destacado senso de responsabilidade estratégica e uma configuração democrática que implica na maior permeabilização do Estado aos influxos decisórios da sociedade civil. Demonstração cabal de uma nova cultura de relação entre o Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de

Segurança Pública e a **REDE** foi a participação de todos os integrantes desta em um colóquio sobre o PRONASCI, ocasião em que foi facultado a cada um deles traçar considerações acerca de seus objetivos programáticos, procedimentos, desenho, avaliação, eficácia, eficiência e afetividade operacional, assim como o seu significado e importância micro e macrosociais.

Em linhas gerais, podemos dizer que os objetivos programáticos da **REDE** são os seguintes (BRASIL, 2007b; Anexo I, p. 17):

- “Fomentar a integração entre as ações dos operadores de segurança pública na sociedade, mediante a parceria educacional com Instituições de Ensino Superior em conformidade com o Plano Nacional de Segurança Pública (Projeto Segurança Pública para o Brasil)”;
- “Subsidiar a compreensão do fenômeno da violência que está disseminada em todas as camadas sociais, bem como a intervenção qualificada dos profissionais de segurança pública”;
- “Reforçar a implantação das áreas temáticas contidas na Matriz Curricular Nacional”;
- “Difundir a cidadania, os direitos humanos e a educação para a paz como diretrizes para a atuação profissional dos agentes de segurança pública”;
- “Articular o conhecimento prático dos agentes de segurança pública, adquirido no dia-a-dia profissional, com os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico”;
- “Difundir e reforçar a construção de uma cultura de segurança pública fundada nos paradigmas da contemporaneidade, da inteligência – nas diversas dimensões, da informação e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas”;
- “Incentivar a produção técnico-científica aplicada à Segurança Pública que contribuam para o processo de institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, e implementação de ações consideradas prioritárias em segurança pública”;
- “Contribuir para a formação dos profissionais da área de segurança pública que compõem os quadros de professores que atuam nos Centros de Ensino e Academias de Segurança Pública”.

Esses objetivos gerais, cuja conjugação representa o aspecto **estratégico** do programa **RENAESP**, são secundados por objetivos específicos que configuram ações de planejamento tático e operacional, a cargo das IESs, a saber:

- Possibilitar ao aluno especializando subsídios teóricos, conhecimentos e ferramentas compatíveis com o ofício de líderes culturais e gestores na área de Segurança Pública.
- Auxiliar na qualificação de recursos humanos das corporações envolvidas na segurança pública.
- Proporcionar estudos, técnicas e informações atualizadas acerca das transformações que ocorrem ao nível da gestão da Segurança Pública, resultante da redefinição do novo papel do Estado brasileiro em face de um mundo globalizado.
- Propiciar ao aluno especializando uma reflexão crítica sobre sua realidade social e cultural, assim como sobre os processos históricos, políticos e econômicos que concorreram para a disposição de tal realidade.
- Proporcionar uma sólida formação ética, capaz de condicionar satisfatoriamente a conduta institucional do policial.
- Desenvolver a imaginação sociológica do especializando acerca do problema da violência, do direito, da desobediência civil, da instabilidade política, etc., sem restrição a qualquer área cognitiva.
- Iniciar o especializando na prática da abordagem transdisciplinar relativa ao âmbito de análise dos problemas e práticas da Segurança Pública.

### **Estrutura e Dinâmica Funcional**

A **RENAESP** constitui uma entidade colegiada formada a partir de dois pólos articuladores – o **pólo normativo e financeiro** e o **pólo propriamente executivo do programa**. Cabe à SENASP a responsabilidade pela execução funcional do pólo normativo e financeiro, na medida em que ela desempenha “(...) o **papel de efetivo órgão condutor dos processos de educação em segurança pública, obviamente em um quadro de respeito aos princípios federativos**” (BRASIL, 2007b, p.18; grifo nosso). De maneira que

a SENASP é idealizadora e promotora do programa de formação de profissionais da segurança pública.

O pólo propriamente executivo do programa, por sua vez, incumbe-se das ações didático-pedagógicas efetuadas pelo conjunto das IESs, públicas e privadas, credenciadas junto à SENASP, assegurando que os processo de aprendizagem sejam contínuos, sistemáticos e não excludentes. Mas o mecanismo de funcionamento do programa não pode prescindir da dinâmica da articulação entre tais pólos, fator de transmissão da sinergia necessária à ativação da **REDE** – mas apenas enquanto seja salvaguardada a autodeterminação de cada um deles no interior de suas jurisdições administrativas. Assim, a **REDE** termina por se constituir em “(...) **um salto qualitativo em termos de investimento no capital humano, na valorização do profissional de segurança pública, na busca da excelência nas ações de formação e, conseqüentemente, na melhoria das ações de segurança pública**” (Ibidem; grifo nosso).

Ressalte-se que no âmbito do programa o poder central exerce apenas o papel de gestor e coordenador das atividades administrativas (planejamento estratégico) propiciadoras das condições financeiras favoráveis à formação de pessoal na área de segurança pública, por sua vez a cargo das IESs credenciadas para tal finalidade (planejamento tático e operacional). Essas IESs desempenham múltiplos e complementares papéis, a saber: 1) **desempenham ações de co-gestão**, na medida em que desenvolvem atividades administrativas complementares aos esforços organizacionais e administrativos do poder central quanto à persecução de metas e objetivos programáticos; 2) **perfilam-se como co-formuladoras do Programa**, com base no documento chamado Matriz Curricular Nacional, que, por sua vez, é concebido como um “(...) **marco de referência para as ações formativas a serem empreendidas por todas as polícias, contribuindo para o fortalecimento e institucionalização do Sistema Único de Segurança Público – SUSP**” e se compõe de 04 (quatro) Eixos Articuladores e 08 (oito) Áreas Temáticas (BRASIL, 2003, p. 2) (vide quadro abaixo); 3) e **despontam como seus exclusivos executores**, posto que se inserem na linha de frente da construção de saberes e competências com ênfase em Direitos Humanos e em civilidade ética e cidadã na área de segurança pública.



<b>MATRIZ CURRICULAR NACIONAL</b>
<b>Eixos Articuladores</b>
1. Sujeito e as Interações no Contexto da Segurança Pública
2. Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública
3. Ética, Cidadania e Direitos Humanos e Segurança Pública
4. Diversidade, Conflitos e Segurança Pública
<b>Áreas Temáticas</b>
1. Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública
2. Violência, Crime e Controle Social
3. Cultura e Conhecimentos Jurídicos
4. Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos
5. Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador
6. Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública
7. Cotidiano e Prática Policial Reflexiva
8. Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública

Fonte: Matriz Curricular Nacional

Esse regime colegiado que caracteriza a **RENAESP** é regido por princípios administrativos oriundos das organizações mercantis (administração orientada por objetivos). Logo, ao deixar-se presidir pela lógica do paradigma de gestão gerencial, ou gerenciamento público, o desenho do programa **RENAESP** termina por compatibilizar os instrumentos da descentralização ao nível político (flexibilização), do regime de parcerias, da participação (controle social) e da avaliação (efetividade), elementos doutrinários contidos no receituário da Nova Administração Pública, em geral, e no paradigma de gestão gerencial, em particular.

Os objetivos da **REDE** são formulados entre a instituição fomentadora (SENASP) e os demais parceiros institucionais da área da educação (as IESs), enquanto sua operacionalização efetiva fica a cargo exclusivo desses últimos. Pois é exatamente em torno de tais parceiros que o processo do implemento da **REDE** consolida-se, razão pela qual se verificam reuniões e encontros de seus partícipes para fins de discussão acerca de sua performance e problemas operacionais (vide quadro abaixo).

<b>Congresso/Colóquio/Reunião</b>	<b>Local/Data</b>
Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos/Reunião dos Coordenadores de Cursos de Especialização da <b>RENAESP</b>	Brasília, 30 de agosto a 02 de setembro 2006
Solenidade de Lançamento da <b>RENAESP</b> (01 ano)	Brasília, 14 de setembro de 2006
05 Reuniões Regionais da <b>RENAESP</b>	1º semestre de 2007
Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia – I Reunião Nacional da <b>RENAESP</b>	Rio de Janeiro, 10 a 15 de abril de 2007
Colóquio sobre o <b>PRONASCI</b>	Brasília, 18 de julho de 2007
II Reunião Nacional da <b>RENAESP</b>	Brasília, 28 a 30 de agosto de 2007
Cerimônia de Assinatura dos Contratos de Credenciamento da <b>RENAESP</b> (03 anos)	Brasília, 11 de dezembro de 2007

### **Desafios e Perspectivas**

A implementação do **Projeto Segurança Pública para o Brasil** denota a preocupação do governo federal em lidar com os “(...) **problemas da violência, da nova criminalidade, de delitos de exclusão social, de crimes tecnológicos e transnacionais (...)**” mediante o uso de “(...) **técnicas novas, lastreadas pela ciência**” (BRASIL, 2002, p.23). Nessa empreitada governamental, algumas medidas são destacadas: 1) a modernização da gestão e do aparelhamento técnico das instituições de segurança pública, 2) a **profissionalização dos agentes públicos encarregados do treinamento pessoal na condição de agentes multiplicadores** 3) e a **formação humanística, científica e multidisciplinar de policiais civis e militares, bombeiros, guardas municipais e agentes penitenciários para o trato das relações interinstitucionais e interpessoais entre os cidadãos e a ordem pública.**

A existência da **RENAESP**, exatamente pelas condições básicas intrínsecas que apresenta, constitui um exemplo ingente de ação intersetorial – Setor da Segurança Pública e Setor da Educação - cuja dinâmica garante a adoção da temática da segurança pública no rol de áreas de interesse relacionadas ao ensino e à pesquisa. Como centro de reprodução sócio-educativa da sociedade, a Universidade desponta aqui como um instrumento didático-pedagógico cujo propósito, entre outros, é relativizar, à luz do pensamento técnico-

científico, as concepções e visões sociais de mundo lastreadas na Lei de Segurança Nacional propugnada pela Escola Superior de Guerra do período ditatorial. Nesse sentido, trata-se do exercício de função de ressocialização, na medida em que os especializandos sejam envolvidos num clima de debate propiciador de mudança de mentalidade. Ou seja, uma mudança de mentalidade capaz de reprogramar as condutas dos agentes da segurança pública conforme fundamentos doutrinários nucleados em torno dos direitos humanos, da civilidade ética e cidadã e – ato contínuo – da aquiescência ao Estado Democrático de Direito. Além disso, a **REDE** pretende contribuir para a formação de competências em gestão administrativa e manejos de métodos e técnicas científicos inerentes aos ofícios das categorias policiais em apreço.

Mas tal empreitada não pode prescindir do uso de um instrumento eficaz de disseminação de conhecimentos e debates relativos à arena da segurança pública e áreas afins, ou seja, a criação de uma revista semestral<sup>5</sup>. Nesse sentido, a proposta de criação de um periódico semestral da **RENAESP** tem como escopo a análise pluriparadigmática dos problemas teóricos e empíricos afetos à segurança pública no Brasil e no mundo, constituindo-se em fator de expressão comunicativa da diversidade de abordagens e perspectivas relativas à temática em tela.

Lastreada pelo princípio da liberdade de pensamento, a Revista da **RENAESP** pretende ser um instrumento de reflexão acerca do universo multifacetado da segurança pública. Compromissado com essa tarefa, propugnará pela institucionalização do tema segurança pública no universo ontológico tanto da Academia quanto da opinião pública – dos debates científicos propiciados pelos encontros disciplinares e transdisciplinares de pesquisadores às fervorosas discussões cívicas no seio dos espaços verdadeiramente públicos e correspondentes gamas de representações sociais.

Um dos papéis a ser assumido pela **RENAESP** e sua revista, no presente cenário de transformações intrínsecas ao Estado brasileiro, é contribuir para tornar exequível a consolidação simultânea de várias formas substantivas de Estado, sobretudo

---

<sup>5</sup> As providências relativas à revista da **RENAESP**, a cargo de uma comissão composta de 6 (seis) membros, estão em estágio final de gestação, existindo até um consenso parcial sobre o nome da revista – **Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania – Revista da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública**.

daquela forma de Estado que Canotilho<sup>6</sup> nomeia como **Estado da ciência e do saber**, cuja função é assegurar a universalização de saberes e competências, objetivando combater o que designa por violência pós-moderna, ou seja, a ignorância.

Diante do que foi exposto, fica patente que o grau de institucionalização a ser alcançado pela própria **REDE** dependerá - entre outros fatores propiciatórios - do grau de visibilidade de seu papel. Por isso, torna-se oportuno a implementação de um projeto editorial de divulgação científica que contribua para consolidar a **REDE** no contexto nacional e internacional da produção de conhecimentos, em que a perscrutação ontológica das interações de homens e mulheres no mundo sob a ótica da conflitualidade social torna-se cada vez mais um imperativo.

O grau de visibilidade do papel da **REDE** no processo global de equacionamento do problema da segurança pública em nosso país dependerá de sua própria performance em obter graus (quantitativo e qualitativo) de eficácia, eficiência e efetividade no quadro geral de formação dos agentes públicos, assim como o emprego de marketing público enquanto expediente de divulgação dos resultados programáticos alcançados. Os resultados positivos associados ao desempenho operacional da **REDE** poderiam ser manifestados em pelos menos dois planos: A) o **plano de transição de mentalidades refratárias ao pensamento deontológico do Estado Democrático de Direito e ao pensamento técnico-científico**, mediante a formação de pessoal da segurança pública; B) o **plano de publicização de pesquisas e de debates sobre os desafios enfrentados pela segurança pública no Brasil e no mundo**, sob os auspícios da revista da **RENAESP**.

Com relação ao primeiro plano, significa ponderar acerca da pertinência ou não da seguinte equação/hipótese: **o grau de conscientização do policial quanto a se pautar pela observância reverente aos direitos humanos e à civilidade ética e cidadã é diretamente proporcional a um viés de baixa da taxa de atos de violação legal praticados por policiais no exercício de seu ofício**. Ao passo que com relação ao

---

<sup>6</sup> Canotilho (2000) classifica a configuração do Estado moderno a partir de 04 (quatro) nomenclaturas: **Estado de direito** (assegura direitos, liberdades e a segurança dos cidadãos contra todas as formas de violências com base na prerrogativa do monopólio do constrangimento físico legítimo); **Estado de direito democrático** (garante o reconhecimento público de direitos democráticos no âmbito do Estado e da sociedade civil, tal como o sufrágio universal); **Estado social** (garantia de renda mínima aos cidadãos (função social redistributiva)); e **Estado da ciência e do saber** (assegura a criação de infraestruturas fundadas na educação e na ciência visando a socialização de saberes e competências para combater a violência pós-moderna, a saber, a ignorância).

segundo, trata-se de verificar **a amplitude axiológica, semiológica e filológica do tema segurança pública nos debates propostos pelos sujeitos históricos nos espaços públicos institucionais e não institucionais**. Logo, é a reboque do desdobramento empírico desse plano que o desiderato-mor dos formuladores do PRONASCI será levado a bom termo, qual seja, o de **imprimir no cérebro dos administrados a conscientização do sentido evocado pela máxima: “segurança pública é uma responsabilidade de todos”**.

Em todo esse processo, o papel da Universidade na co-formação educacional de agentes da segurança pública é de suma importância, pois oportuniza a estes o acesso a múltiplas perspectiva de análises derivadas de seu trânsito pelas searas cognitivas das ciências sociais e humanas. Além dessa função óbvia, e em função dela mesma, deflagra-se no regime ontológico da academia o processo de familiarização ou banalização do tema segurança pública. Ou, dito de outro modo, desencastela-se a temática em tela do abrigo exclusivo das corporações de segurança pública, tornando-a permeável senão às verdades científicas, pelos menos ao *ethos* comportamental da prática científica. E tudo isso produz conseqüências diversas para a formação tanto intelectual quanto moral do policial.

Mas para que o desenvolvimento do programa atinja as resultados máximos possíveis, esperados e divulgados, em se tratando de implementar política pública em estados federados, é preciso que seja acionada uma eficiente estrutura de incentivo. E uma melhor interação em regime de cooperação que garanta o melhor controle sobre a assiduidade dos especializandos depende da articulação pactuada de interesses entre as instituições de segurança pública, as instituições de ensino superior prestadoras de serviços de capacitação de saberes e competências, assim como os próprios beneficiários diretos na oferta de tais serviços públicos, ou seja, as corporações policiais e penitenciárias nos vários níveis ou órbitas jurisdicionais. Mas isso ainda requer uma maior sensibilização, sobretudo pelo fato de haver uma certa resistência, que, por sua vez, constitui um indicador tácito de que as instituições coercitivas são um tanto quanto refratárias à intrusão de orientações didático-pedagógicas efetuadas por atores sociais estranhos à sua corporação. Daí a necessidade de se garantir um termo de compromisso da instituição a ser beneficiada com a aprovação do candidato na seleção do Curso de Especialização em Segurança Pública, de modo a garantir a freqüência do especializando e, conseqüentemente, o sucesso do projeto didático-pedagógico de cada IES e a satisfação de seus principais beneficiários – o público

institucional (as corporações funcionais) e não institucional (a sociedade em geral). Desse modo, na esteira da eliminação de tais óbices institucionais, a realização do Curso proporcionará aos participantes um crescimento pessoal e profissional que os tornarão mais aptos a desenvolver suas aptidões profissionais, técnicas e interpessoais, que, em última instância, será revertida em benefício direto dos cidadãos mais desfavorecidos – **os deserdados do sistema**, na expressão lapidar de Caio Prado Jr. (1957).

As perspectivas de sucesso da **REDE** dependem de sua própria expansão (horizontal e vertical), da consolidação do PRONASCI e da configuração destes enquanto políticas públicas de Estado (continuidade programática via constitucionalização das políticas de segurança pública), e não de governo (políticas governamentais sujeitas às vicissitudes idiossincráticas ou de humores por parte das autoridades públicas que se alternam no contexto interno do Estado).

A expansão horizontal da **REDE** está sendo ultimada com o ingresso de mais 28 (vinte e oito) IESs, totalizando 50 (cinquenta) novos credenciamentos ainda em 2007 e mais 30 credenciamentos em 2008. Por ocasião do Edital de credenciamento/2007 foram aprovadas 66 (sessenta) IESs, das quais 16 (dezesseis) serão credenciadas em 2008 (vide abaixo relação das IESs aprovadas).

<b>Instituições de Ensino Superior Aprovadas para Credenciamento (2008-2010)<sup>7</sup>, segundo Ordem Alfabética</b>	<b>Unidades da Federação</b>
Associação Caruaruense de Ensino Superior	PE
Centro Universitário da Bahia	BA
Centro Universitário do Maranhão	MA
Centro Universitário Euro-Americano	DF
Centro Universitário Feevale	RS
Centro Universitário Metodista	RS
<b>Centro Universitário Nilton Lins</b>	<b>AM</b>
Centro Universitário Vila Velha	ES
Escola Superior de Teologia	RS
<b>Escola Superior Dom Helder Câmara</b>	<b>MG</b>
Faculdade Câmara Cascudo	RN
Faculdade de Alagoas	AL
<b>Faculdade de Direito de Santa Maria</b>	<b>RS</b>
Faculdade de Sergipe	SE

<sup>7</sup> As IESs em negrito são as pioneiras na realização de cursos de segurança pública no âmbito da **REDE**.

Faculdade do Amapá	AP
Faculdade do Pará	PA
Faculdade Espírito Santense	ES
Faculdade Integrada da Bahia	BA
<b>Faculdade Integrada de Pernambuco</b>	<b>PE</b>
Faculdade Integrada de Recife	PE
Faculdade Integrada do Ceará	CE
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais	RJ
Faculdade Metropolitana de Fortaleza	CE
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	SP
Fundação João Pinheiro	MG
Instituto Cultural Newton Paiva	MG
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	RJ
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	SP
<b>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</b>	<b>SP</b>
<b>Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul</b>	<b>RS</b>
Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste	AL
União Dinâmica de Faculdades Cataratas	PR
Universidade Cândido Mendes	RJ
Universidade Católica de Goiás	GO
<b>Universidade de Brasília</b>	<b>DF</b>
Universidade de Fortaleza	CE
<b>Universidade de Montes Claros</b>	<b>MG</b>
Universidade de Santa Cruz do Sul	RS
<b>Universidade de Sorocaba</b>	<b>SP</b>
Universidade do Sul de Santa Catarina	SC
Universidade do Vale do Itajaí	SC
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	RS
<b>Universidade Estácio de Sá</b>	<b>RJ</b>
Universidade Estácio de Sá de Goiás	GO
Universidade Estadual de Santa Cruz	BA
Universidade Estadual do Mato Grosso	MT
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	PR
<b>Universidade Estadual do Rio Grande do Norte</b>	<b>RN</b>
<b>Universidade Federal da Bahia</b>	<b>BA</b>
Universidade Federal da Grande Dourados	MS
Universidade Federal da Paraíba	PB
<b>Universidade Federal de Minas Gerais</b>	<b>MG</b>
<b>Universidade Federal de Roraima</b>	<b>RR</b>
<b>Universidade Federal de Sergipe</b>	<b>SE</b>
Universidade Federal de Tocantins	TO
Universidade Federal do Acre	AC
<b>Universidade Federal do Ceará</b>	<b>CE</b>
<b>Universidade Federal do Espírito Santo</b>	<b>ES</b>
<b>Universidade Federal do Mato Grosso</b>	<b>MT</b>

<b>Universidade Federal do Pará</b>	<b>PA</b>
<b>Universidade Federal do Piauí</b>	<b>PI</b>
Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ
<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b>	<b>RS</b>
<b>Universidade Federal Fluminense</b>	<b>RJ</b>
Universidade Luterana do Brasil	RS
Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal	MS

Fonte: SENASP/Ministério da Justiça

A expansão vertical da **REDE** supõe o seu próprio desdobramento em ciclos de processos educativos, partindo da especialização (em operação), passando, ao mesmo tempo, pela graduação e pelo mestrado (curto prazo) e, posteriormente, pelo doutorado (médio prazo). Com esse intuito, o programa em tela prevê, também, além da oferta crescente de cursos de especialização *lato sensu*<sup>8</sup>, a disponibilização de 400 (quatrocentos) vagas em cursos de tecnólogo (graduação) e 260 (duzentos e sessenta) vagas em cursos de mestrado profissionalizante (pós-graduação *stricto sensu*), o que representará gastos da ordem de R\$ 54,560 milhões em 04 (quatro) anos.

Com tais medidas governamentais finalistas, a **REDE** tende a consolidar sua expansão vertical na medida em que percorra todos os referidos trajetos cíclicos no espaço sócio-didático de formação dos profissionais da segurança pública. E considerando o estado de beligerância atual que se verifica em nosso país, sobretudo, nas regiões metropolitanas, assim como as reivindicações por segurança por parte da sociedade civil, supõe-se que a longevidade da **REDE** constitua um imperativo irrenunciável, sob pena de desmoralização do **Estado Democrático de Direito**.

O programa **RENAESP** é o embrião da **Escola Nacional de Segurança e Proteção Social**<sup>9</sup> conforme postula o documento Projeto Segurança Pública para o Brasil (BRASIL, 2002). Por um lado, na medida em que em que atinge os seus objetivos programáticos, através da consumação dos ciclos constitutivos dos processos educativos que encerra e prenuncia, a **REDE** corporifica um processo interinstitucional incipiente que parece conduzir à institucionalização do papel da Academia tanto como centro de produção, transmissão, circulação e consumo de saberes e competências quanto como

<sup>8</sup> Estima-se em 5.250 o número de agentes da segurança pública a serem capacitados nos próximos três anos, contra a estimativa de 1.600 em 2007.

<sup>9</sup> Ou **Escola Superior de Segurança Pública** (BRASIL, 2003).



centro de produção, transmissão, circulação e consumo de princípios e valores éticos universalistas (dimensão externa). Por outro, a **REDE** lança os fundamentos de sua própria subsistência político-organizacional ao vislumbrar a criação do **Conselho da RENAESP**, um órgão de caráter consultivo integrado por todos os coordenadores de cursos cuja função institucional é emitir pareceres sobre as vicissitudes dos percursos de formação de pessoal da área da segurança pública que sirva de lastro logístico às ações dos decisores do Ministério da Justiça (dimensão interna).

### **Considerações Finais**

A ampliação do rol de IESs credenciadas para ministrar cursos de especialização *lato sensu* em 26 (vinte e seis) unidades da federação<sup>10</sup> é um forte indicador da institucionalização da formação profissional dos agentes públicos da área da segurança pública, tornando a **RENAESP** um programa único no gênero no mundo, considerando o seu desenho descentralizado de formação de pessoal; a sua cobertura geográfica (atinge 26 estados subnacionais) e social (5.250 beneficiários); a sua amplitude em termos do número de parceiros, públicos e privados; e os seus objetivos e metas programáticos. Essa maior abrangência do programa em apreço coincide com o fortalecimento político daqueles elementos da tecnoestrutura estatal que são responsáveis pela dinamização organizacional da **REDE**, a saber: os titulares da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Departamento de Pesquisa de Informação e Desenvolvimento de Pessoal, assim como da Coordenação Geral de Ensino da SENASP.

A conjuntura política atual tem fortalecido a articulação dos referidos atores estatais, o que talvez explique o fato de que a **REDE** tenha sido guindada a uma posição de maior importância estratégica no quadro geral de equacionamento da questão da segurança pública no Brasil. E além da forjadura de uma revista científica, o desenvolvimento operacional da **REDE** também prevê a constituição de um conselho consultivo, integrado por todos os representantes das IESs.

Contudo, as perspectivas de continuidade da **REDE** dependem de seu êxito enquanto programa de formação de capacidades, saberes e competências e enquanto rede

---

<sup>10</sup> O estado de Rondônia é a única exceção.

articulada de parcerias com os mais díspares atores institucionais de educação. De modo que o papel desempenhado pela Universidade nessa relação de parceria entre os ministérios da Justiça e da Educação propende a se ampliar na medida em que a sociedade amadureça e a democracia se consolide, sobretudo a chamada democracia participativa.

Em suma, a **RENAESP** destaca o papel estratégico das IESs na construção de um projeto novo de segurança pública para o país, cujo escopo é aperfeiçoar a qualidade dos processos educativos na área da segurança pública, garantir a democratização do acesso e construir uma gestão eficiente e cidadã. Pois é com base no princípio de socialização de saberes e competências e de respeito à ética e aos direitos humanos que a **REDE** tende a se consolidar, na medida em que procura definir um perfil humanista aos profissionais da segurança pública, em consonância com exigências de um Estado submetido aos ditames dos interesses verdadeiramente coletivos da sociedade.

## **Bibliografia**

BRASIL. Matriz Curricular Nacional. Brasília: SENASP/MJ, 2003.

BRASIL. Projeto Segurança Pública para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania. Fundação Djalma Guimarães, 2002.

BRASIL. Caderno PRONASCI. Brasília: SENASP/MJ, 2007.

BRASIL. Edital de credenciamento nº 001/2007. Brasília: SENASP/MJ, 2007.

BUENOS AYRES, Carlos Antonio Mendes de Carvalho. “A Administração Pública Brasileira e as Vicissitudes do Paradigma de Gestão Gerencial. In: Sociologia, Problemas e Práticas (vide sumário no sítio [www.sociologiapp.iscte.pt](http://www.sociologiapp.iscte.pt)), nº 51, maio-agosto. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2006.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. “Paradigmas de Estado e Paradigmas de Administração Pública” In: Acta Geral do 2º Encontro INA (Moderna Gestão Pública: dos meios aos resultados,), Lisboa: Instituto Nacional de Administração/Fundação Gulbenkian, 2000.

LAUBIER, Patrick de. *La Politique Sociale dans les Sociétés Industrielles: 1800 à nos jours – acteurs, idéologies, réalisations.* Paris, FRANÇA: Ed. Económica, 1984.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.